

# Estudo Técnico Preliminar 14/2025

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 01351.000170/2025-33

## 2. Descrição da necessidade

O objetivo do presente estudo técnico preliminar é a identificação da solução mais eficaz para atender às necessidades **no Campus** do CENTRO REGIONAL DE CIÊNCIAS NUCLEARES DO NORDESTE – CRCN/NE, no que diz respeito à contratação de serviços continuados de vigilância armada.

O CRCN/NE reconhece a importância da segurança patrimonial para a proteção de seus bens, instalações e colaboradores. Diante do aumento de ocorrências na cidade de Recife como furtos, vandalismo e possíveis ameaças à integridade física de servidores e usuários, torna-se imprescindível a implementação de um sistema de vigilância eficaz, além dos cumprimentos às Normas Nacionais e Internacionais de proteção física do material nuclear.

Esses eventos não apenas geram prejuízos materiais significativos, mas também afetam a confiança dos servidores e do público em geral na segurança do ambiente. Além disso, a falta de uma vigilância armada torna o espaço vulnerável a ações criminosas, expondo tanto os bens quanto as pessoas a riscos.

A vigilância patrimonial é um dos serviços prestados pela segurança privada e refere-se às atividades de segurança desenvolvidas por vigilantes devidamente capacitados através de cursos de formação de vigilantes, empregados de empresas privadas devidamente credenciadas pelas autoridades competentes. A vigilância patrimonial tem o objetivo de garantir a incolumidade física das pessoas e a integridade do patrimônio.

A Vigilância Patrimonial se caracteriza pela sua ostensividade, onde o emprego do vigilante ou equipe de serviço são identificados de relance, quer pelo uniforme, quer pelos equipamentos ou veículo utilizados ou pela metodologia de emprego adotada. A vigilância ostensiva tem como função principal de realizar a segurança preventiva, por meio da dissuasão, observação, fiscalização e identificação de situações ou atos suspeitos e violações de procedimentos e normas.

A Vigilância Patrimonial tem a missão de atuar sistematicamente, preventivamente e permanentemente para proteger a incolumidade física das pessoas, a integridade do patrimônio e a salvaguarda da informação sensível. Vigilância consiste em manter determinado local, objeto ou pessoa ou sob observação constante.

**A contratação será realizada com base na LEI Nº 14.133, de 1º de abril de 2021.**

O órgão não dispõe de recursos humanos para o atendimento desses serviços, visto que essas funções foram extintas, assim, para preenchimento da lacuna e atendimento da demanda instalada, torna-se necessária a terceirização dos serviços epigrafados.

Importante ressaltar ainda que os serviços propostos são necessários e imprescindíveis para o desenvolvimento das atividades finalísticas do órgão, garantindo a segurança patrimonial.

Com base em todo exposto, a necessidade da contratação de uma empresa de vigilância patrimonial orgânica armada se torna evidente. É fundamental garantir a presença constante de profissionais capacitados, equipados e treinados para agir em situações de emergência e prevenir incidentes antes que ocorram. A atuação de uma equipe especializada permitirá não apenas a proteção dos bens públicos, mas também a criação de um ambiente mais seguro e tranquilo para todos os que frequentam as instalações.

**Objetivos da Contratação:** Com a contratação da empresa de vigilância, almeja-se alcançar:

1. **Proteção e Segurança:** Garantir a proteção do patrimônio público, evitando danos e perdas materiais.
2. **Prevenção de Crimes:** Reduzir a incidência de furtos e vandalismo por meio de uma presença dissuasiva.
3. **Segurança dos Servidores e Usuários:** Proporcionar um ambiente seguro para servidores e cidadãos que utilizam os serviços do órgão.
4. **Respostas Rápidas:** Assegurar que a equipe de vigilância esteja preparada para responder rapidamente a situações de risco, minimizando potenciais danos.

5. **Fortalecimento da Confiança:** Reestabelecer a confiança da comunidade na segurança do espaço público, promovendo uma imagem positiva do órgão.

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
DIGIN	Genilson Oliveira Silva

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

**SERVIÇO COMUM:** O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comuns, pois é possível estabelecer, por intermédio de especificações utilizadas no mercado, padrões de qualidade e desempenho peculiares ao objeto, de modo que é possível a decisão entre os serviços ofertados pelos participantes com base no menor preço. O serviço não envolve técnicas desconhecidas no mercado ou que requerem inovação tecnológica para a sua execução. Além disso, o atendimento do contrato não está sujeito a risco previsível, pois inexistência de dificuldade de transmitir aos licitantes a complexidade do trabalho e o nível exigido da capacitação.

**SERVIÇO CONTINUADO:** Os serviços a serem prestados são de atividades acessórias, de natureza contínua, tendo em vista que sua interrupção pode comprometer a segurança dos ocupantes do imóvel.

**EXECUÇÃO INDIRETA:** De acordo com o art. 2º do Decreto nº 9.507/2018, a Portaria MPDG nº 443, de 27/12/2018, estabeleceu o rol de serviços que serão preferencialmente objeto de execução indireta, no caso concreto constam os serviços objeto desta contratação: XXI - segurança, vigilância patrimonial e brigada de incêndio.

**ATIVIDADE DE CUSTEIO:** De acordo com o Art. 2º da PORTARIA ME Nº 7.828, DE 30 DE AGOSTO DE 2022, considera-se atividade de custeio, para fins do disposto no art. 3º do Decreto nº 10.193, de 2019, aquelas diretamente relacionadas às atividades comuns a todos os órgãos e entidades que apoiam o desempenho de suas atividades institucionais, tais como: II - os serviços de conservação, limpeza, jardinagem, mensageria, segurança, vigilância, transportes, informática, copeiragem, recepção, reprografia, telecomunicações e manutenção de prédios, equipamentos e instalações.

**VIGÊNCIA:** O contrato terá vigência de 60 (sessenta) meses, iniciando-se na data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, prorrogável por até 10 anos, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosos para a Administração, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

**MODALIDADE, CRITÉRIO DE JULGAMENTO E MODO DE DISPUTA:** A modalidade a ser utilizada será o pregão eletrônico. Critério de julgamento o menor preço. O modo de disputa será com envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado. Se almeja gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto.

**DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:** A contratada deverá, para a execução dos serviços:

- Possuir profissionais treinados e capacitados para o desenvolvimento das atividades, de forma a garantir a efetividade do trabalho e a integridade das pessoas, do ambiente e dos equipamentos;
- Observar as normas de segurança, pois uma boa prestação de serviço eficiente engloba também a proteção de seus colaboradores, por isso toda a equipe, conforme o caso, precisa utilizar equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação durante as suas atividades;
- Fazer uso consciente dos recursos colocados à disposição pela Administração, pois os mesmos variam de acordo com o serviço a ser executado;
- Para a execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar profissionais pertencentes às categorias de ocupação, conforme a Classificação Brasileira de Ocupações – CBO;
- Realizar programa de treinamento contendo no mínimo os seguintes conteúdos:
  - a) Ética profissional, sigilo, responsabilidade e apresentação pessoal;
  - b) Prevenções das causas de acidente de trabalho, consequências dos acidentes de trabalho e comunicação do acidente de trabalho;
  - c) Uso consciente de água, energia elétrica, material de expediente;
  - d) Conhecimento das características do imóvel e da instituição, principalmente em relação aos membros, servidores e o público em geral, bem como, dos horários e regras pertinentes ao órgão.

**O serviço possui natureza continuada.**

A não contratação desse serviço poderá causar prejuízos quanto ao resguardo do patrimônio público e da integridade física de servidores e colaboradores. No caso em tela, não se aplica a necessidade de transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.

## 5. Levantamento de Mercado

O mercado de serviços de terceirização de vigilância funciona em sua maior parte de forma terceirizada, e sua contratação se dá por posto de trabalho.

As soluções relacionadas abaixo foram retiradas de editais de contratações de serviços vigilância realizadas no âmbito Federal:

**Solução 1** – Contratação de empresa com fornecimento de mão de obra e todos os equipamentos necessários à execução dos serviços embutidos na planilha de custos.

**Solução 2** – Contratação de empresa com fornecimento de mão de obra e todos os equipamentos necessários à execução dos serviços, sob demanda.

**Solução 3** – Contratação de empresa apenas com o fornecimento da mão de obra.

Esta equipe de ETP optou pela Solução 1, considerando que vai ao encontro das boas práticas adotadas pelo mercado de forma geral, é a contratação com fornecimento dos equipamentos embutidos na planilha de custos. Com essa sistemática de fornecimento de equipamentos podemos evitar a paralização dos serviços por falta de equipamento.

Descartamos as opções 2 e 3 pois, caso o CRCN/NE considerasse realizar a compra do equipamento, deveriam ser considerados outros custos envolvidos, como: a remuneração dos servidores que se ocupariam dessa atividade em detrimento de outras mais prioritárias, as publicações necessárias, transporte, armazenagem e eventuais perdas.

A única opção, de acordo com legislação em vigor, para o uso de armas, é pelo sistema de vigilância patrimonial, quando se opta por modelos de terceirização dos serviços.

Outras formas são o chamamento das polícias militares, civil e federal, o que não é possível ser procedido, pois os serviços de vigilância serão prestados dentro das dependências patrimoniais do CRCN/NE, sendo a esfera de atuação desses policiais diferente do que a que se propõe, no tocante ao objeto contratual pretendido.

## 6. Descrição da solução como um todo

Contratação de empresa para prestação de serviços continuados de Vigilância orgânica armada para atender às necessidades do CENTRO REGIONAL DE CIÊNCIAS NUCLEARES DO NORDESTE – CRCN/NE, ÓRGÃO DA ESTRUTURA INTERNA DA COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR, com sede na Avenida Professor Luiz Freire, nº 200, Cidade Universitária, na cidade de Recife/PE.

Os serviços de vigilância compreendem a execução de atividades de segurança e prevenção. Desta forma, diversas são as atividades pertinentes, contudo destaca-se a realização de rondas, serviços de vistoria na portaria, prontidão na portaria evitando invasões, portar armas para coibir revide armado, verificação de condições de segurança conforme orientação do CRCN/NE, dentre outras.

A execução dos serviços, envolve mão-de-obra capacitada e qualificada, conforme os Postos fixados pela Administração, devendo ser prestados com fundamento nos critérios seguintes:

- Proteger as instalações, o patrimônio e a integridade física dos servidores e usuários da Administração contra ação de terceiros;
- Os serviços de vigilância serão realizados com base em postos previamente estabelecidos pela Administração os quais, a critério desta, poderão ser remanejados, trocados, modificados ou substituídos no todo ou em parte, nos estritos limites estabelecidos pela norma em vigor.

A atividade do vigilante será coordenada por Supervisor da Contratada, por ela indicado, que receberá instruções do Fiscal do Contrato;

Comunicar imediatamente à Contratante, bem como ao responsável pelo Posto, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;

Manter afixado no posto, em local visível, os números de telefones da Delegacia de Polícia da Região, do Corpo de Bombeiros, dos responsáveis pela administração da instalação e outros de interesse e indicados para o melhor desempenho das atividades;

Observar a movimentação de indivíduos suspeitos nas imediações do Posto, adotando as medidas de segurança conforme orientação recebida do supervisor da Contratante, bem como as que entender oportunas.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A contratação será realizada com base em postos de trabalho, estabelecendo-se:

Postos	Quantidade
Diurno 12x36	05
Noturno 12x36	06

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 1.768.631,04

A ser calculado conforme preços de mercado da região para o CRCN/NE em Recife/PE, considerando os postos definidos:

Item	Posto	Valor mensal do Posto R\$	Quantidade de postos	Valor total Mensal R\$	Valor Global (meses) F
1	Vigilância armada DIURNO Posto (12X36)	12.098,16	5	60.490,80	725.8
2	Vigilância armada NOTURNO Posto (12X36)	14.482,52	6	86.895,12	1.042.7
				<b>147.385,92</b>	<b>1.768.631</b>

A pesquisa de preços foi realizada com base nos parâmetros estabelecidos no Art. 5º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021. Para isso, foram consultados resultados de licitações realizadas por órgãos federais na região de Pernambuco, cujas contratações apresentavam características semelhantes à pretendida. As informações coletadas estão detalhadas no Relatório de Pesquisa de Preços DCRCN-NE (SEI nº 2908639).

Além disso, foi feita uma pesquisa específica de preços para os insumos, uniformes e equipamentos que serão utilizados na contratação, conforme registrado na Cotação de Itens e Equipamentos (SEI nº 2911929).

Por fim, elaborou-se a Planilha de Formação de Preços para Vigilância (SEI nº 2915151), que contempla as particularidades da contratação pretendida e servirá como base para a licitação.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

O acórdão/TCU 1214/2013-Plenário determina que "deve ser evitado o parcelamento de serviços não especializados, a exemplo de limpeza, copeiragem, garçom, sendo objeto de parcelamento os serviços em que reste comprovado que as empresas atuam no mercado de forma segmentada por especialização, a exemplo de manutenção predial, ar condicionado, telefonia, serviços de engenharia em geral, áudio e vídeo, informática".

Ainda sobre o tema, o §1º do art. 7º da Lei nº 14.011/2020 prevê o chamado Contrato de Gestão com a prestação de múltiplos serviços terceirizados em um único contrato. Desta forma, a contratação pretendida não foi parcelada, pois a opção do parcelamento seria equivocada por demandar várias contratações, instrumentalização, gestão e fiscalização dos contratos, resultando em maior gasto financeiro, de tempo e pessoal envolvido, aumento de ocorrências passíveis de sanções contratuais.

Sob o aspecto econômico, a contratação de uma única pessoa jurídica proporcionará vantagens econômicas à Administração Pública, com a redução de custos e despesas administrativas e com o ganho de economia de escala, de modo a obter uma contratação mais vantajosa para a Administração.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há previsão de contratações correlatas ou interdependentes para este objeto.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Esta contratação está contemplada no Plano de Contratações Anual 2025:

- I. ID PCA no PNCP: PCA 2025 - 00402552000126-0-000004/2025
- II. Data de publicação no PNCP: 10/05/2024
- III. Id do item no PCA: 30
- IV. Classe/Grupo: 852- SERVIÇOS DE INVESTIGAÇÃO E SEGURANÇA
- V. Identificador da Futura Contratação: 113211-49/2025

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

### Resultados quanto à Economicidade

A vigilância patrimonial promove a segurança dos bens, evitando seu extravio.

### Resultados quanto ao aproveitamento de Recursos Humanos

A necessidade de segurança nas dependências da instituição é uma necessidade para preservar os bens e a segurança das pessoas. Assim, caso não promovesse a contratação, a instituição deveria ter em seu quadro funcional servidores para essa atividade, utilizando de sua força de trabalho em atividades que não são finalísticas da instituição.

### Resultados quanto ao uso de Materiais e Recursos Financeiros

A contratação da solução como um todo transfere à contratada o gerenciamento da mão de obra e dos equipamentos, evitando o estoque de materiais em almoxarifados na instituição. A contratação da mão-de-obra e do material em soluções separadas poderiam gerar um descompasso na prestação do serviço e fornecimento de equipamentos, o que impediria atingir o objetivo da contratação, gerando o gasto não racional de recurso público.

A contratação de uma empresa de vigilância patrimonial armada não apenas protege o patrimônio, mas também promove um ambiente seguro e confiável, essencial para o funcionamento eficiente de um órgão público. Os benefícios gerados vão além da segurança física, impactando positivamente a imagem e a operação da instituição, como:

- **Aumento da Segurança:** Proteger o patrimônio público contra furtos, vandalismo e invasões, garantindo a integridade das instalações e dos bens.
- **Prevenção de Crimes:** A presença de vigilantes armados atua como um fator dissuasivo, reduzindo a probabilidade de crimes e aumentando a sensação de segurança.
- **Proteção aos Servidores e Usuários:** Garantir um ambiente seguro para servidores e cidadãos que utilizam os serviços do órgão, promovendo a integridade física de todos.
- **Resposta Rápida a Emergências:** Vigilantes treinados podem atuar rapidamente em situações de risco, minimizando danos e garantindo a segurança de todos.
- **Monitoramento Contínuo:** Vigilância 24/7 proporciona um monitoramento constante das instalações, aumentando a eficácia na identificação de potenciais ameaças.

## 13. Providências a serem Adotadas

A Administração precisa disponibilizar vestiários, armários e local de trabalho para os terceirizados.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

Na contratação de serviços de vigilância, a Contratada deverá adotar mecanismos de implementação da sustentabilidade que estimulem e favoreçam um melhor ambiente de trabalho e de diálogo do homem no mundo em que vive.

A adoção, no que for possível, de práticas de sustentabilidade, quando não decorridas de legislação é justificada pelo Decreto nº 7.746/12 e Instrução Normativa nº 1/2010 –SLTI/MPOG.

É obrigação da Contratada destinar de forma ambientalmente adequada todos os materiais e equipamentos que foram utilizados na prestação dos serviços.

Utilizar materiais/equipamentos que possuam maior vida útil e menor custo de manutenção.

Comunicar ao CRCN/NE sobre equipamentos com mau funcionamento ou danificados como lâmpadas queimadas ou piscando, zumbido excessivo em reatores de luminárias e mau funcionamento de instalações energizadas.

Sugerir, ao CRCN/NE, locais e medidas que tenham a possibilidade de redução do consumo de energia, tais como: desligamento de sistemas de iluminação, instalação de interruptores, instalação de sensores de presença, rebaixamento de luminárias etc.

Repassar a seus empregados todas as orientações referentes à redução do consumo de energia fornecidas pelo CRCN/NE.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

A equipe considerou a presente contratação viável.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**EDSON GOMES BARRETO FILHO**

Membro da comissão de contratação